Sumário

Número de notícias: 24 | Número de veículos: 15

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
Definido o novo secretário-especial da Receita . . . 3

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
Contribuinte pode vencer no Carf casos de ágio . . . 4

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
Assessora de Guedes será substituta de Carlos da Costa . . . 5

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL
PEC dos Precatórios domina a pauta . . . 6

FOLHA DE S. PAULO - SP - FOLHAINVEST
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
Antes que o ano acabe - MARCIA DESSEN . . . 8

FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER
SERVIDOR PÚBLICO
Bolsonaro desmonta programa e favorece uso político de emendas . . . 9

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
REFORMA TRIBUTÁRIA
O fiasco da reforma tributária (Editorial) . . . 13

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Petrobras vai anunciar corte de preço de combustível, diz Bolsonaro . . . 14

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Prefeitos deixam de investir R$ 15 bi em educação e tentam evitar punição . . . 15

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Vaga no Senado gera disputa entre ministros . . . 17

VALOR ECONÔMICO - SP - AGRONEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Indústria de biodiesel cobra alívio tributário na Justiça . . . 18

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
O transe de Michelle - MARIA HOMEM . . . 19

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Para Lagarde, alta de juros em2022 é muito improvável . . . 20

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA
Último Copom do ano terá clima de derrota . . . 21

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
ECONOMIA
Ícone do Real, frango perde o status e vai ao purgatório . . . 24

FOLHA DE S. PAULO - SP - FOLHAINVEST
ECONOMIA
Entenda a mudança de cálculo do rendimento da poupança 26

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA
Inflação de serviços reaparece com alívio nas regras de isolamento social 28

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA
'Modelo social-liberal ainda me parece o melhor caminho' 30

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA
Indústria tem cenário desanimador nos próximos meses 34

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA
Competitividade verde do país está em declínio, diz estudo 35

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA
Brasil precisa de equilíbrio entre o social e o econômico 36

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA
Com impulso da arrecadação, governo vê déficit quase zero 37

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
ECONOMIA
Desglobalização eleva pressão inflacionária no longo prazo 38

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA
Copom deve elevar Selic a 9,25% 39

Definido o novo secretário-especial da Receita

Fabio Graner De Brasília

Veja a matéria no site de origem:

http://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187083

Site: http://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187083

Contribuinte pode vencer no Carf casos de ágio

Beatriz Olivon De Brasília

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187083?page=1&section=1

Site:
https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187083?page=1&section=1

Assessora de Guedes será substituta de Carlos da Costa

ADRIANA FERNANDES BRASÍLIA

Chefe da assessoria de assuntos estratégicos do Ministério da Economia, Daniella Marques, que acompanha Paulo Guedes desde o início do governo, vai assumir o comando da Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade.

Sua primeira missão será lançar o monitor de investimentos.

Será um indicador que acompanhará o andamento de R$ 608 bilhões em investimentos já contratados, entre 2019 e 2021, em 121 projetos ligados a leilões feitos pelo governo federal.

Pelos cálculos da equipe econômica, cerca de 30% desses investimentos já estão executados e o restante deverá ser feito no prazo de até oito anos.

Para 2022, estão programados leilões de 123 projetos com outros R$ 311,3 bilhões de investimentos programados. Além disso, os Emirados Árabes anunciaram que vão investir US$ 10 bilhões a mais no Brasil nos próximos anos, além dos US$ 5 bilhões já prometidos.

A nova previsão do Ministério da Economia é receber R$ 31,7 bilhões em concessões em 2022, volume bem maior do que os R$ 5,1 bilhões projetados no projeto de Orçamento enviado ao Congresso, o que ajuda a melhorar a previsão de resultado das contas públicas no ano que vem.

APOSTA ELEITORAL. O ministro aposta no andamento desses investimentos para evitar uma queda do Produto Interno Bruto (**PIB**) em 2022, ano em que o presidente Jair Bolsonaro vai buscar a reeleição.

Guedes tem contestado as previsões de economistas de que a economia vai entrar em recessão em 2022, e vem reforçando que a taxa de investimento em 2021 será a maior desde 2014, próxima de 20% do **PIB**. O crescimento e o aumento do emprego dependerão da evolução desses investimentos.

Segundo apurou o Estadão, há uma leitura na área econômica do governo de que o crescimento do Brasil será maior do que os analistas apontam nas projeções, mas a **inflação** também cairá menos do que as estimativas apontam.

Braço direito e ex-sócia de Guedes, Daniella Marques substituirá Carlos Da Costa, designado como adido comercial do Ministério da Economia em Washington. Além da substituição de Da Costa, Guedes deverá contar com um político para comandar a articulação política com o Congresso.

Filiado ao Progressista, Alexandre Baldy (GO), ex-secretário do governador João Doria, em São Paulo, deverá assumir o cargo de assessor de Relações Institucionais.

Guedes também anunciará a troca de comando na **Receita Federal**. Sai José Tostes, que será adido tributária na OCDE, em Paris, e entra o auditor fiscal da Receita Julio Cesar Vieira Gomes, que atua na delegacia de julgamento (DRJ) do Rio. O atual secretário de Política Econômica, Adolfo Sachsida, assumirá a secretaria Especial de Estudos Econômicos (S3E), que abarcará Ipea e IBGE.

Petrobras vai começar a reduzir preços, segundo Bolsonaro

O presidente Jair Bolsonaro disse que a Petrobras vai anunciar uma redução no preço dos combustíveis a partir desta semana. A declaração foi feita após ele criticar o aumento nos preços e falar até em privatizar a estatal. "A Petrobras começa nesta semana a anunciar redução no preço do combustível", afirmou Bolsonaro ao site Poder360.

A possibilidade de redução nos preços já havia sido citada pelo presidente da Petrobras, Joaquim Silva e Luna, durante audiência pública no Senado no último dia 23. O preço do barril de petróleo no mercado internacional recuou cerca de US$ 10 nas últimas duas semanas e fechou abaixo dos US$ 70 na sexta-feira.

Site: http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

PEC dos Precatórios domina a pauta

WALDEMIR BARRETO/AGÊNCA SENADO

Plenário do Senado, durante a votação da PEC na semana passada

Jorge Vasconcelos

O retorno da PEC dos Precatórios à Câmara dos Deputados deve ser a principal pauta política da semana, que será decisiva também para o destino das emendas de relator, vinculadas ao orçamento secreto. O Congresso corre contra o tempo para definir esses e outros temas prioritários antes do recesso parlamentar, que começa neste mês.

A PEC dos precatórios é a aposta do governo para viabilizar o Auxílio Brasil de R$ 400, em substituição ao Bolsa Família. Segundo estimativas do Ministério da Economia, a proposta poderá abrir um espaço fiscal de R$ 106 bilhões no Orçamento de 2022. Para isso, o texto muda o cálculo do teto de gastos e adia o pagamento de parte dos R$ 89 bilhões que estão previstos para serem quitados no ano que vem na forma de precatórios - dívidas da União reconhecidas pela Justiça.

A proposta foi aprovada pelo Senado na semana passada. Em razão das alterações promovidas pelos senadores, o texto terá que ser novamente apreciado pelos deputados. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), tem defendido que os pontos do texto que forem consenso nas duas Casas poderão ser desmembrados e promulgados ainda neste mês, para permitir que o benefício de R$ 400 seja pago antes do Natal, a cerca de 17 milhões de famílias. As demais partes da PEC, segundo o deputado, deverão tramitar normalmente pelas comissões antes de irem ao plenário.

Em uma das modificações promovidas no texto, o Senado definiu que o Auxílio Brasil terá um caráter permanente, e não uma vigência apenas até dezembro de 2022, como previa a versão original. Entre outras alterações, também foi aprovada a vinculação de todo o espaço fiscal aberto pela PEC ao pagamento do novo programa e das despesas da **Seguridade Social** - Saúde, **Previdência Social** e Assistência Social.

Lira tem discutido o possível fatiamento da PEC com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), que só deve se posicionar sobre o assunto após ouvir os líderes partidários, em reunião nos próximos dias. Ele quer consultar também senadores que participaram das negociações, como José Aníbal (PSDB-SP), Oriovisto Guimarães (Podemos-PR) e Alessandro Vieira (Cidadania-SE).

Entre os senadores, o posicionamento de Lira gerou preocupações com a possibilidade de os deputados retomarem a versão original da PEC. O líder do governo no Senado, Fernando Bezerra (MDB-PE), havia dito que o presidente da Câmara estava ciente das negociações para a aprovação da proposta e tinha assumido o compromisso de votar o texto na íntegra, e não fatiado.

Na versão atual da PEC, há apenas dois pontos de consenso entre as duas Casas do Congresso, já que não foram alterados pelos senadores: a mudança no cálculo do teto dos gastos públicos e a possibilidade de municípios parcelarem, em até 240 meses, dívidas com a **Previdência Social**.

Apesar de Lira afirmar que a promulgação imediata dos pontos de consenso vai garantir o início do pagamento dos R$ 400, o fatiamento da proposta pode acabar comprometendo o próprio financiamento do Auxílio Brasil, pelas seguintes razões: a mudança no teto dos gastos públicos abre um espaço fiscal de cerca de R$ 60 bilhões, o que seria garantido com a promulgação desse trecho. Mas outros R$ 40 bilhões seriam abertos com o parcelamento de parte do pagamento de precatórios. Como os senadores anteciparam, de 2036 para 2026, a vigência do parcelamento, esse ponto, como foi alterado, não poderia ser promulgado de imediato, e o governo teria que aguardar sua aprovação no Congresso para contar com recursos.

A questão das emendas do relator-geral do Orçamento da União, também chamadas de RP9, é outra pauta importante da agenda política da semana. O Congresso tenta convencer o Supremo Tribunal Federal (STF) a rever a decisão que suspendeu a execução dessas emendas e ordenou a divulgação de todos os dados relativos ao orçamento secreto dos anos de 2020 e 2021, incluindo o nome dos

parlamentares favorecidos.

Na última cartada, o Congresso informou ao STF ter condições de identificar os deputados e senadores que foram beneficiados com as RP9. Essa manifestação ocorreu dias depois de o Legislativo informar à Corte que limitações técnicas impediam a identificação dos parlamentares. Por trás desse recuo está o interesse na liberação de uma cifra de R$ 7,5 bilhões, que pode se tornar uma dotação orçamentária perdida caso o tribunal não mude de posicionamento.

Site:
https://digital.em.com.br/estadodeminas/06/12/2021/p1

Antes que o ano acabe - MARCIA DESSEN

MARCIA DESSEN

Quem tem renda tributável, todas as pessoas com vínculo empregatício que trabalham no setor público e privado, estão habituadas à costumeira mordida do Leão, o recolhimento do Imposto de Renda na fonte.

Os contribuintes com faixa de renda mais elevada sabem que o imposto pago durante o ano será insuficiente, o Leão quer mais, e já se prepara para uma mordida adicional, no primeiro quadrimestre do ano, quando for feita a declaração do Imposto de Renda.

Trago duas estratégias que precisam ser implementadas antes que o ano acabe para reduzir o valor do imposto a pagar em 2022, sobre os rendimentos de 2021.

A primeira permite adiar o pagamento do imposto sobre parte dos rendimentos. Para contar com esse incentivo fiscal, a pessoa deposita recursos em plano de previdência privada aberto, do tipo PGBL, ou em plano fechado, com características semelhantes.

Além de adiar o pagamento do imposto, o contribuinte poderá reduzir a alíquota dependendo do regime de tributação escolhido. Quem escolhe o regime de tributação definitiva, que adota a tabela regressiva de alíquotas, deixará de pagar cerca de 27,5% de IR em 2022, e se os recursos forem mantidos no plano por dez anos, pagará 10% de imposto no resgate ou no benefício de renda.

Quem escolhe o regime tributável da tabela progressiva adia o pagamento do imposto, mas não reduz a alíquota.

O incentivo fiscal é limitado a 12% da renda tributável e restrito aos contribuintes que (1) utilizam a declaração completa do Imposto de Renda e (2) contribuem para o Regime Geral da **Previdência Social** (**INSS**) ou Regime Próprio de **Previdência Social** (funcionários públicos).

Atenção! O limite de 12% não se aplica à renda total do contribuinte, mas somente à renda tributável; os rendimentos isentos e os tributados exclusivamente na fonte não compõem a base de cálculo do valor que pode ser diferido na declaração.

Estime sua renda tributável de 2021, verifique quanto foi depositado em planos dessa natureza durante o ano e faça um depósito adicional, antes que o ano acabe, observado o limite de 12% da renda tributável.

Se descobrir que já investiu mais do que o limite permite, não cometa esse erro novamente, pagará imposto duas vezes sobre o valor excedente, no ano em que o diferimento foi glosado e no resgate.

A segunda estratégia que permite reduzir o valor do Imposto de Renda é a de doar parte do imposto, destinando o dinheiro para instituições assistenciais credenciadas pelo governo.

Quem tiver recursos disponíveis em caixa e puder doar até o final deste ano poderá doar até 8% do imposto e escolher a quem e quanto doar, observados os limites definidos pela **Receita Federal**: até 6% para projetos que utilizam a Lei de Incentivo Federal à Cultura (Lei Rouanet), Lei de Incentivo Federal ao Esporte, Lei do Idoso, Audiovisual e Estatuto da Criança; e até 2% a dois programas do Ministério da Saúde, 1% para o Pronas, ações na área de oncologia, e 1% para o Pronon, instituições que atendem pessoas com deficiência.

Quem não tiver recursos disponíveis agora não perde a chance de doar, poderá fazer isso no próximo ano, utilizando a declaração completa, doando até 3% do imposto aos Fundos de Amparo à Criança e ao Adolescente.

Não deixe de doar mesmo que tenha restituição de imposto. Se na apuração final dos números da declaração houver restituição de imposto, o valor destinado às doações incentivadas será adicionado ao valor a ser restituído.

Site:
https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49751&anchor=6446697&pd=c9b178f708981a62101fd1c4025121a6

Bolsonaro desmonta programa e favorece uso político de emendas

Flávio Ferreira afrânio (pe)

Matava-se uma galinha, alguém levava um porco. Sanfoneiros eram chamados. A "inauguração" de uma cisterna de alvenaria nas terras de uma família de sertanejos no semiárido de Pernambuco era motivo de comemoração.

Como relatam moradores de Afrânio, município a 778 km do Recife, próximo à divisa com o Piauí, esses eventos coroavam um trabalho coletivo que também rendia recursos para pedreiros e comerciantes locais, que forneciam serviços e materiais de construção para a obra hídrica.

Representantes de associações, sindicatos rurais, ONGs e funcionários públicos envolvidos na implantação da benfeitoria participavam da celebração. Sob o governo do presidente Jair Bolsonaro (PL), porém, esse tipo de evento público ocorre cada vez menos.

A gestão caminha para fechar o pior ano de implantação de cisternas para populações de regiões que convivem com a seca desde 2003, quando foi lançado o programa federal sob Lula (PT).

O projeto que instalou mais de 100 mil reservatórios em um único ano se aproximava da marca geral de 1 milhão de unidades, mas agora deve ter apenas 3.000 reservatórios entregues em 2021, segundo projeção informada à Folha pelo Ministério da Cidadania.

A União chegou a ter R$ 63 milhões orçados neste ano para essa finalidade. A verba disponível caiu para R$ 32 milhões, cifra que foi quase toda levada a empenho, ou seja, etapa em que o governo reserva o valor que será desembolsado quando o serviço for entregue ou concluído.

Até agora, porém, nada foi pago. O governo Bolsonaro culpa a pandemia da Covid-u).

O Programa Cisternas já obteve reconhecimento nacional e internacional, entre eles um prêmio da ONU em20i7, o Prêmio Política para o Futuro da UNCCD (Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação).

Hoje o déficit de cisternas no semiárido é 350 mil unidades, segundo a Articulação Semiárido Brasileiro (ASA), uma rede de organizações da sociedade civil formada por ONGs, instituições sindicais, religiosas e de agricultores familiares.

O desmonte do programa federal impacta não apenas a quantidade de unidades entregues, mas o abandono de regras e critérios gerais para atendimento da demanda.

Na prática, o vácuo com a perda de participação e controle social por conselhos municipais e ONGs favorece o uso político da distribuição de cisternas. O caminho se abre para o emprego de verba de emendas parlamentares para municípios escolhidos a dedo pelos congressistas.

Em seguida, com critérios para a entrega das cisternas sob responsabilidade das administrações locais, amplia-se o risco de interesses paroquiais ficarem acima das reais necessidades das famílias.

Como a Folha mostrou neste domingo (5), a entrega de cisternas compradas com verba federal tem sido condicionada a apoios políticos. A prática relatada, comum no país e chamada de toma lá, da cá, foi alvo de críticas de Bolsonaro na campanha de 2018, mas depois consolidou-se ao longo de seu governo.

Em Afrânio (PE), o agricultor Adailson Gerson de Brito, 45, começou a colaborar para a implantação das cisternas em 2004, por meio da organização não governamental Neps (Núcleo de Educadores Popular do Sertão de Pernambuco). Hoje ele lamenta o enfraquecimento do programa.

Segundo ele, os conselhos municipais tinham 70% de representantes da sociedade civil e outros 30% do poder público. As comissões, diz, visitavam as famílias e checavam se elas se encaixavam nos critérios do programa. "Aí vinha o processo de construção com as capacitações das famílias, quando elas iam aprender como lidar com as cisternas, como conservar", conta o agricultor.

"Agora tem a questão política, as cisternas que chegam são pela Codevasf [órgão federal] e emenda parlamentar. Não tem mais o envolvimento da sociedade civil, das comunidades e das famílias na participação de como distribuir. Agora é mais com aquele que é chegado a determinado político." A agricultora Girlene Maria de Souza Lima, 45, teve a experiência de coordenar o conselho municipal por quatro anos e diz que o prejuízo social cresce com o esvaziamento do programa.

"Quando vêm cisternas através de projetos, e o conselho distribui para cada associação, aí sim, é uma coisa realizada com sucesso, porque não há interferência de um político. Os presidentes das associações também são agricultores, conhecem a realidade e sabem quem necessita", afirma.

Segundo Alexandre Pires, coordenador executivo da ASA, "por emendas parlamentares, cada congressista vai aportar o recurso nos governos que lhe são favoráveis e depois vão querer certamente apontar dentro dos estados quais municípios e comunidades onde têm seus redutos para serem beneficiados".

"É um crime o que está acontecendo, com o desmonte de uma política pública que sempre primou pelo cuidado com a ética na gestão do recurso público, por utilizar critérios de natureza técnica dentro das políticas públicas." Hoje a chamada emenda de relator é peça-chave no jogo político em Brasília, pois é distribuída por governistas em votações importantes no Congresso. O dinheiro disponível neste ano é de R$ 16,8 bilhões.

Desde o ano passado, o Palácio do Planalto e aliados usam os recursos das emendas de relator para privilegiar aliados políticos, ampliar a base de apoio deles no Legislativo e, assim, evitar o início de um processo de impeachment contra Bolsonaro.

Não há uma base de dados pública com a lista de deputados e senadores beneficiados por essa negociação política, o que levou o mecanismo a ser congelado pelo STF (Supremo Tribunal Federal).

A última grande distribuição de cisternas em Afrânio ocorreu entre 2019 e 2020, com recursos de emenda de Adalberto Cavalcanti (PTB-PE), segundo agricultores. A entregafoinesseperíodo, mas a emenda dele era de 2018, quando era deputado federal.

A distribuição dos reservatórios comprados com a emenda de Cavalcanti é objeto de um processo de investigação eleitoral no Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco.

Adversários políticos acusaram Cavalcanti de orientar a distribuição feita pela Codevasf para beneficiar seus aliados, o que ele nega em juízo.

As emendas parlamentares em geral são dirigidas pelos congressistas para a compra e distribuição de cisternas de polietileno, que os sertanejos chamam de cisterna de plástico.

As caixas-d"água de polietileno são preferidas pelos políticos pois são mais fáceis de serem usadas como moeda de troca política, já que a sua entrega pode ser mais controlada por prefeitos, vereadores e correligionários e podem ser ostentadas em comícios.

A inclusão delas na política pública do governo federal, em paralelo às de alvenaria, começou em 2011, quando o atual líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB- PE) era ministro da Integração Nacional na gestão de Dilma Rousseff (PT).

Agora em 2021, ano de pior desempenho da distribuição de reservatórios de alvenaria, o senador tem participado de cerimônias de entrega de cisternas de polietileno ao lado de seus filhos, o prefeito de Petrolina, Miguel Coelho, o deputado federal Fernando Coelho Filho e o deputado estadual Antonio Coelho (todos do DEM).

No domingo (5), a Folha mostrou que o senador é o

principal destinador de emendas para a compra de cisternas de polietileno no sertão de Pernambuco, onde, segundo moradores locais, a distribuição está contaminada pela "politicagem". Lá, a entrega das caixas d"água não atende necessariamente a quem mais precisa, e sim a quem a aceita como moeda de troca.

OUTRO LADO

Pandemia prejudicou instalação de mais cisternas, diz governo

Procurado pela Folha, o Ministério da Cidadania afirmou por meio de sua assessoria que a crise de saúde da Covid prejudicou a implantação de cisternas pelo país.

"A respeito da execução de metas pactuadas, o Ministério da Cidadania destaca que a retração econômica causada pela pandemia nos anos de 2020 e 2021 impactou, entre diversos outros setores, a construção civil", afirma.

"Além da escassez de material de construção disponível no mercado, as entidades executoras das tecnologias sociais de acesso à água registraram preços até 100% superiores aos praticados no período anterior à pandemia" diz a nota.

Segundo o ministério, "para acompanhar esse novo cenário, o Programa Cisternas, executado pela pasta, está atualizando o custo unitário de referência de suas tecnologias sociais e buscando recursos externos para financiar a contratação de mais reservatórios".

"De janeiro a outubro de 2021, foram entregues 2,7 mil reservatórios. A expectativa é concluir 3.000 unidades até o fim do ano." Colaborou Mateus Vargas, de Brasília

"É um crime o que está acontecendo, como desmonte de uma política pública que sempre primou pelo cuidado com a ética na gestão do recurso público, por utilizar critérios de natureza técnica dentro das políticas públicas" Alexandre Pires coordenador executivo da Articulação Semiárido Brasileiro

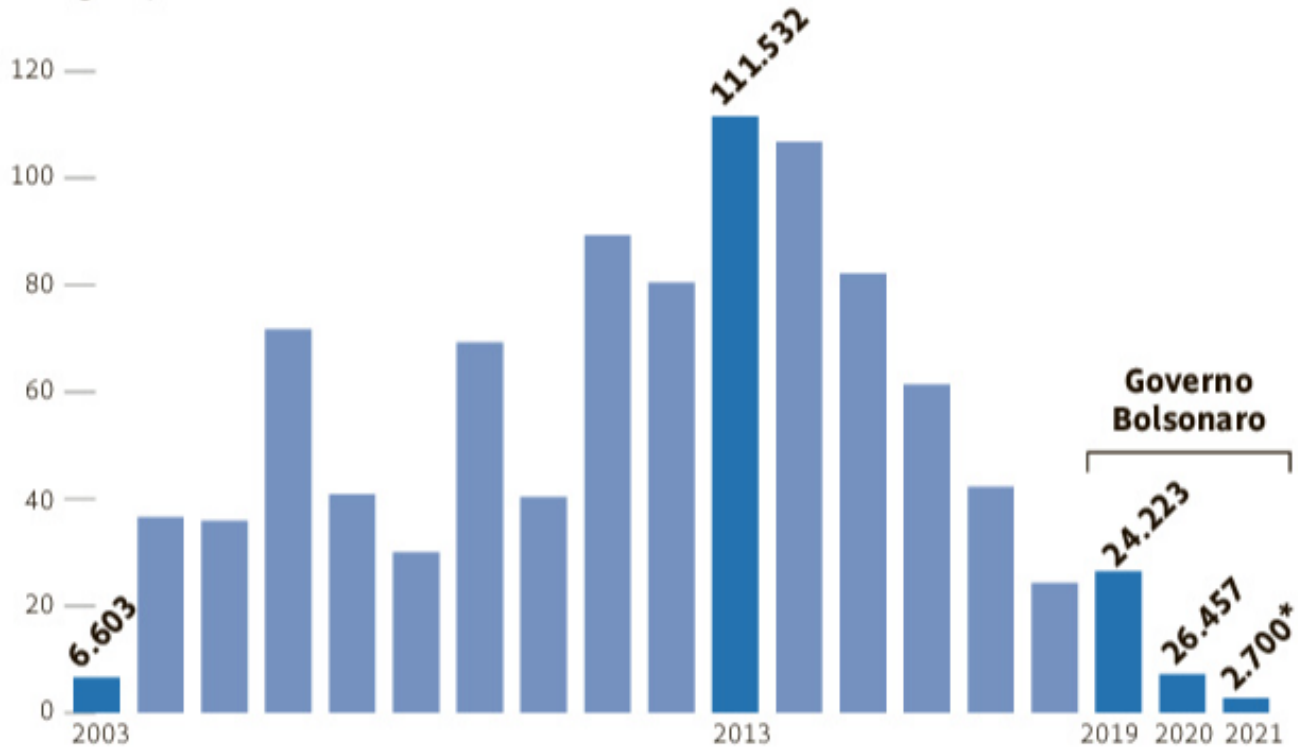
1 Cisterna em alvenaria do Programa Cisternas do governo federal em propriedade rural no município de Afrânio (PE)

2 Reservatórios de alvenaria e de polietileno abastecem casa na zona rural de Afrânio

Site:
https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49751

Programa federal de entrega de cisternas tem pior desempenho no governo Bolsonaro

Resultados por ano de projeto para fornecer reservatórios familiares de água para consumo



*Dado fornecido pelo Ministério da Cidadania em 30.nov.2021. A projeção para o ano todo é de entrega de 3.000 unidades. Fontes: Sistema Vis Data do governo federal e Ministério da Cidadania

O fiasco da reforma tributária (Editorial)

Demanda histórica do setor privado há pelo menos 30 anos, as prometidas mudanças no sistema tributário brasileiro ficarão, como de hábito, para as calendas.

Nesta semana, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), deixou claro aquilo que todos já sabiam. O fatiamento em quatro propostas diferentes, divididas entre Câmara e Senado, representou uma pá de cal nas chances de avanço de uma **reforma tributária** estrutural para o País.

O projeto que altera o Imposto de Renda, aprovado pela Câmara em setembro, não será analisado pelo Senado neste ano, admitiu Pacheco. Aposta do governo para financiar o Auxílio Brasil, já que impunha a tributação sobre lucros e dividendos, o texto, na melhor das hipóteses, será votado em 2022 - algo bastante improvável em meio a um ano eleitoral. O relator, senador Angelo Coronel (PSD-BA), concorda apenas com a atualização da tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física. O fato de que isso pode ser feito por decreto presidencial só enfraquece ainda mais o parecer.

Na melhor das hipóteses, a Câmara aprovará mais um programa de parcelamento de dívidas tributárias que pode perdoar até R$ 60 bilhões. Como revelou o Estadão, o projeto é uma promessa de Pacheco e se tornou moeda de troca para a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) dos Precatórios, defendida pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL): enquanto os senadores não votassem a PEC, os deputados não apreciariam o Refis.

Para reforçar o "pedido", Lira e o ministro da Economia, Paulo Guedes, cobraram dos empresários que pressionem o Senado a aprovar a PEC de uma vez, pois somente com a "folga" de R$ 106,2 bilhões - aberta por meio do calote nas dívidas já reconhecidas pela Justiça e pelo drible no teto de gastos - será possível prorrogar a desoneração da folha de pagamento para 17 dos setores que mais empregam no País. A chantagem se tornou a linguagem oficial nas relações com o Congresso.

Sobre o projeto que fundia PIS e Cofins e que criava a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) de 12%, ninguém ouve mais falar. Tampouco há notícias sobre a proposta que estabelecia um imposto seletivo em substituição ao Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Haveria ainda uma provável quinta etapa: a recriação de um imposto sobre transações, nos mesmos moldes da antiga CPMF, desejada por Guedes e rejeitada por toda a sociedade.

Impossível não culpar o governo por mais este fracasso, que começou quando o ministro da Economia resolveu retaliar o ex-presidente da Câmara Rodrigo Maia (sem partido-RJ) e esvaziar a comissão mista que analisava uma **reforma tributária** ampla, que criava o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) em substituição ao PIS/Cofins, IPI, ICMS e ISS. Até lá, haveria fundos que compensariam eventuais perdas de Estados e municípios, além de um período de transição.

O objetivo da proposta era gerar efeitos duradouros para a melhoria do ambiente de negócios, estimular o crescimento e evitar um novo aumento da carga. O desrespeito com todos aqueles que participaram das discussões nos últimos dois anos foi tamanho que Lira extinguiu o colegiado no mesmo momento em que o parecer era lido pelo relator, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) - aliado de Maia, assim como o autor do texto, Baleia Rossi (MDB-SP). Agora, o governo colhe o resultado da política feita com o fígado: mesmo com maioria no Congresso, conquistada por meio de repasses bilionários envolvendo o orçamento secreto, foi incapaz de aprovar um modesto arremedo de reforma que nem sequer incluía Estados e municípios.

O presidente Jair Bolsonaro, no entanto, não pode nem vai reclamar. Impulsionados pela **inflação**, os recordes de arrecadação conquistados a cada mês revelam a vantagem de manter tudo como está. Editar um Refis atrás do outro é um estímulo à existência do contribuinte que atua como devedor contumaz. Eles terão agora a companhia da União, que institucionalizará seu próprio calote com a aprovação da PEC dos Precatórios. Era essa a "reforma possível" mencionada por Lira em defesa do fatiamento?

Site: https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

Petrobras vai anunciar corte de preço de combustível, diz Bolsonaro

Renato Machado e Nicola Pamplona

O presidente Jair Bolsonaro afirmou neste domingo (5) que a Petrobras vai começar a anunciar nesta semana uma série de reduções nos preços dos combustíveis. O chefe do Executivo, no entanto, não informou quais seriam os percentuais de redução e nem os prazos.

"A Petrobras começa nesta semana a anunciar redução no preço do combustível", disse em entrevista ao Poder360. Ele afirmou que serão "pequenas reduções" semanais.

O mercado já espera algum repasse da queda das cotações internacionais do petróleo nas últimas semanas, em resposta ao avanço da variante ômicron pelo mundo.

Referência internacional negociada em Londres, o petróleo Brent, por exemplo, saiu da casa dos US$ 80 (R$ 455, pela cotação atual) por barril no fim de novembro e hoje oscila em torno dos US$ 70 (R$ 397) por barril.

O risco de intervenção nas políticas comerciais da companhia em ano eleitoral é motivo de preocupação no mercado, mas a avaliação é que a empresa tem hoje mecanismos de controle mais fortes para evitar ingerências.

Procurada, a Petrobras não quis comentar.

A alta de preços dos combustíveis é um dos principais motores da **inflação**, um dos maiores problemas econômicos enfrentados pela gestão Bolsonaro.

Os caminhoneiros, que integram a base de apoio do presidente, vêm fazendo críticas à política de preços da Petrobras -a categoria chegou a organizar uma paralisação no início de novembro, mas a adesão foi baixa.

Pressionado, Bolsonaro anunciou um auxílio de R$ 400 para os caminhoneiros, que viria do espaço aberto no teto de gastos pela PEC (proposta de emenda à Constituição) dos Precatórios.

O presidente também tem atacado governadores e a própria Petrobras. Em relação aos primeiros, costuma afirmar que os altos preços são consequência dos **impostos** estaduais, em particular do ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços).

Quanto à estatal, Bolsonaro vem repetindo que não tem controle sobre a empresa e disse que estava discutindo com o ministro Paulo Guedes (Economia) uma "solução".

"É uma empresa que não tenho domínio sobre ela, tem seu aparelhamento. Ela busca o lucro. Tivemos problema sério, no passado, além da corrupção, com a questão da paridade com preço internacional. Estamos buscando rever essa questão", disse recentemente.

Em audiência no Senado há dez dias, o presidente da empresa, general Joaquim Silva e Luna, disse que "não é correto" atribuir à Petrobras o aumento nos preços dos combustíveis.

"A Petrobras reajusta o preço desses combustíveis observando estas variáveis: mercado externo, mercado interno, como eles se comportam, observamos praticamente três grandes mercados -os Estados Unidos, a Europa e a Ásia-, a competição entre produtores e importadores, e a variação do preço no mercado mundial", argumentou.

Site:
https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49751&anchor=6446697&pd=c9b178f708981a62101fd1c4025121a6

Prefeitos deixam de investir R$ 15 bi em educação e tentam evitar punição

BRUNO KELLY / ESTADÃO 26/10/2020

A maioria dos municípios do País só voltou às aulas presenciais no segundo semestre deste ano

ADRIANA FERRAZ RENATA CAFARDO

Por não aplicarem neste ano ao menos 25% da receita em educação, como obriga a Constituição, oito de cada dez prefeitos do País correm o risco de serem enquadrados na Lei de Responsabilidade Fiscal e até se tornarem inelegíveis por improbidade administrativa.

A cerca de 20 dias do fim do ano, eles apelam agora aos deputados por uma isenção de responsabilidade, já aprovada pelo Senado.

O argumento usado pelos municípios é o de que não havia no que investir, já que as escolas ficaram fechadas quase o ano todo, reduzindo os gastos, por exemplo, com limpeza, transporte e material escolar.

Para educadores, no entanto, o recurso deveria ter sido usado em tecnologia, infraestrutura para a volta presencial e na recuperação da aprendizagem.

A estimativa de 81% dos municípios fora da regra é da Frente Nacional de Prefeitos (FNP), que também calcula o montante não aplicado: ao menos R$ 15 bilhões deixaram de ser investidos na educação básica (infantil, fundamental e médio, de 0 a 17 anos) desde o início da pandemia.

O total se refere a 2020 e 2021 - no ano passado, 35% das prefeituras não aplicaram o mínimo constitucional. Os números foram tabulados a partir dos dados mais atuais do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (Siop). Até outubro, 698 prefeituras informaram quanto tinham investido no ensino ao longo de 2021 - dessas, 569 não alcançaram 25%.

"O ensino passou a ser online.

Ficamos assim por quase dois anos, o que reduziu drasticamente os gastos", disse o prefeito de Aracaju e presidente da FNP, Edvaldo Nogueira Filho (PDT). Outra dificuldade foi que a Lei Complementar 173/2020 impediu reajustes salariais e novas contratações durante a crise sanitária.

A entidade também tem cálculos que mostram que a receita deste ano veio acima do previsto - e não havia planejamento para o uso desse dinheiro extra. A receita dos municípios para investimentos em educação é formada por 25% de todos os **impostos** arrecadados, além de transferências do Estado e da União.

Disposto a pressionar os deputados, Nogueira Filho comandará uma comitiva a Brasília na quarta-feira para defender a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (13/2021). O texto impede a aplicação de punição civil, administrativa ou criminal a gestores locais que não cumpriram o mínimo em 2020, 2021 ou nos dois anos. Além disso, prevê que os recursos não aplicados no período sejam obrigatoriamente investidos em educação em 2022 e 2023.

A PEC também impede, segundo Nogueira Filho, gastos deliberados no fim do ano.

"Tem gente trocando ar-condicionado que está bom só para gastar. É isso que a gente quer evitar. O gasto deve ser um bom gasto. Não é para torrar o dinheiro só para cumprir a regra." Segundo o deputado Silvio Costa Filho (Republicanos- PE), escolhido relator da PEC na Câmara, a matéria deve ser votada pela Comissão de Constituição e Justiça na quarta-feira.

"Depois, a ideia é que siga direto para o plenário, entre os dias 13 e 14, a tempo de ser promulgada ainda este ano. E que a gente mantenha as mesmas bases do relatório do Senado para que não corramos risco de voltar para lá." LISTA. O Estadão teve acesso a uma

planilha da FNP que revela o baixo investimento em capitais (Manaus, Teresina e Palmas), cidades médias (Valinhos, SP, e Garanhuns, PE) e pequenas (Mercês, MG, e Pirenópolis, GO). A reportagem apurou que somente a capital paulista deixou de aplicar R$ 1,5 bilhão de 2020 pra cá. Tabulação do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, indica que 478 das 644 cidades não investiram os 25%.

"Se teve um período em que o investimento em educação foi mais necessário foi durante a pandemia. Esses prefeitos foram eleitos no meio dela, eles já sabiam que uma das suas missões seria reduzir os impactos na educação", disse a presidente executiva do Todos pela Educação, Priscila Cruz.

Estudos nacionais e internacionais têm mostrado que os alunos brasileiros devem regredir em décadas de aprendizado por causa da covid-19. O Brasil foi um dos países que mais tempo ficaram com escolas fechadas no mundo, muitas vezes por decisões de prefeituras.

A maioria do ensino público retomou aulas presenciais no segundo semestre.

Para Priscila, o baixo investimento demonstra que a área "ainda não é prioridade" para os gestores. Ela argumenta que os municípios poderiam ter aberto mais turmas em ensino integral para que as crianças, de volta ao presencial, pudessem recuperar o tempo que ficaram fora da escola. Também ressalta que era preciso investir em tecnologia para propiciar o ensino híbrido, reformar escolas para permitir mais ventilação e investir em um processo intenso de recuperação, com avaliação diagnóstica.

"Isso custa dinheiro." Mas, apesar da crítica, Priscila defende que o dinheiro permaneça na educação - assim como o consultor e especialista em financiamento, Binho Marques. "Já que isso ocorreu, por incompetência da gestão pública, que o recurso seja gasto nos próximos anos de uma maneira mais planejada e não agora em qualquer coisa." Ex-secretário de Educação do Acre e de Articulação no Ministério da Educação, Marques diz que muitas vezes quem decide sobre a verba é o prefeito ou o secretário de Finanças. "Em geral, o secretário da Educação, que entende de ensino e saberia no que investir, não controla o dinheiro e não sabe de gestão." SAÚDE. Segundo o secretário de Educação de Teresina, Nouga Cardoso, ninguém gosta de tirar dinheiro da educação, mas justifica a ação pela demanda da Saúde. "A primeira preocupação tinha que ser a vida. O município precisava manter os hospitais funcionando", justificou.

Até outubro, a cidade tinha gasto 17% no ensino. Os 92 mil alunos da rede voltaram às escolas em 16 de setembro e ainda fazem revezamento.

Outros investimentos Para educadores, verbas deviam ter ido para itens como tecnologia e reforço de aprendizagem

Números

25% é o mínimo que deve ser investido por municípios em educação levando em conta a arrecadação da cidade com **impostos** e as transferências feitas pelo Estado e União

81% dos municípios brasileiros não alcançaram o mínimo constitucional em 2021, segundo estimativa da Frente Nacional dos Prefeitos

R$ 15 bilhões é o cálculo de quanto o ensino público deixou de receber em investimentos desde o início da pandemia

92% das prefeituras reduziram os gastos em educação de 2020 para 2021, segundo o mesmo estudo da FNP

478 das 644 cidades do Estado de SP não investiram os 25%, segundo o Tribunal de Contas (TCE)

Site: https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

Vaga no Senado gera disputa entre ministros

Andrea Jubé e Fabio Murakawa De Brasília

Veja a matéria no site de origem:

http://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187083

Site:
http://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187083

Indústria de biodiesel cobra alívio tributário na Justiça

Rafael Walendorff

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187083?page=12&section=1

Site:
https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187083?page=12&section=1

O transe de Michelle - MARIA HOMEM

MARIA HOMEM

Michelle Bolsonaro é conhecida pelas libras, pelos figurinos e viagens, além do carinhoso e brasileiríssimo apelido de Micheque. Também por cantar sertanejo e se fantasiar de Branca de Neve.

Nestes dias, tivemos a cereja do bolo: após a confirmação de André Mendonça à vaga no STF, ela "profetizou" recebendo os espíritos e alcançando o êxtase em que os cristãos ungidos por deus falam a língua dos anjos.

Na prática: deu vários pulinhos e falou palavras incompreensíveis para os não iniciados, seguidas das canônicas "aleluia" e "glória a Deus". Foram minutos memoráveis de incorporação de forças psíquicas que normalmente recalcamos e com alta voltagem emocional.

Em momentos assim, pessoas contidas permitem-se extravasamentos, choros e abraços, como vimos na foto viral em que o eleito, de rostinho colado com a primeira-dama, puxava sua cabeça, mais íntimos que a imagem dos amantes de Magritte.

Aqui o segredo da fé: nos ajudar a fazer coisas que não conseguiríamos sem o amparo da ideia abstrata de potência que é deus. "Em nome de deus" buscamos ter força para não cair em tentação, para fazer guerra, para construir templos e maravilhas, para tecer alianças, para fazer família, para não desistir de tudo, para sair do álcool, das drogas ou da sexualidade devassa, para tantas coisas que aqui não caberia desfiar.

Sim, Michelle tinha razão em sua catarse: dessa vez foi seu queridinho que passou e não o do filho de seu marido (filho que já tinha emplacado no ouvido do pai sua primeira indicação ao STF, Kassio Nunes. Aliás vejamos bem o funcionamento da parceria público-privada chamada Brasil).

Mas ela não devia louvar só a Deus. Como sabemos, a longa saga que resultou na vitória do pastor terrivelmente evangélico teve inúmeras peripécias. Foi articulada inclusive pela esquerda laica e os melhores representantes do pensamento progressista. Como assim? Política: a arte de escolher o menor mal entre os males.

No dia anterior à sabatina no Senado foi oferecido um jantar no Palácio do Planalto para trazer boa fortuna ao jovem candidato de novos cabelos. Houve também comoção e cânticos ao piano, com os pastores presentes no salão. A programação diária do festival foi intensa, com show de estrela gospel e tudo.

Para um cidadão racional da república moderna tudo isso causa estranhamento: no Planalto, sério? Estamos assistindo ao derretimento do Estado laico de direito? Surge uma semiteocracia nacional, sustentada pela cultura da violência que coordena as extrações de riquezas seja da natureza (garimpo, madeira, terra) seja da cidade (droga, arma, extorsão)?

Há pesquisas recentes sobre o crescimento do aparato neopentecostal no Brasil da erosão do Estado como ocupador do espaço público e das milícias. Deus não saiu do Estado, tanto das notas de dinheiro, quanto crucifixos das repartições e bancadas legislativas. Por que? Parece que ainda precisamos de uma ideia transcendental qualquer para nos organizarmos aqui neste mundo.

O que nos leva ao tópico final. Deus é uma grande commodity e o capitalismo imaterial do século 21 está só começando. Eu incluiria o comércio dos deuses no âmbito das artes performáticas (mesma seara da política contemporânea).

Nossa Michelle acabou de iniciar uma carreira como bispa e show-woman. Não adianta fazer apelos à racionalidade ou lamentar o declínio do Brasil e outras "cracias" mambembes mundo afora. Talvez tenhamos que trazer essa necessidade de Deus -tão basal, tão humana- ao centro do debate e começar a regular esse mercado. Sim: **impostos** (renda, território, trabalho, lucro), transparência, ESG.

Se precisamos de deuses, que ao menos os espertos e os carismáticos estejam sob o domínio das leis. Das leis dos homens e seus ofertórios, as únicas que não cessam de existir.

Site:
https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49751&anchor=6446697&pd=c9b178f708981a62101fd1c4025121a6

Para Lagarde, alta de juros em2022 é muito improvável

Alexander Weber e Carolynn Look Bloomberg

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187083?page=1&section=1

Site:
https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187083?page=1&section=1

Último Copom do ano terá clima de derrota

ROSANA HESSEL

O Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central, realiza a última reunião do ano, amanhã e quarta-feira, em clima de derrota no cumprimento da meta de **inflação**. Será a sexta vez na qual o BC, que tem como missão principal preservar o poder de compra do real, não consegue atingir o objetivo anual determinado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) desde o início do regime de metas, em 1999. Apenas em 2017, o piso foi rompido e, nas outras, o teto furou. E, segundo analistas, tudo indica que o mesmo vai acontecer em 2022.

A meta de **inflação** deste ano é de 3,75%, com limite superior de tolerância de 5,25%. Mas esse teto já foi superado no acumulado em 12 meses do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) desde março, quando somou 6,10% e o indicador não parou mais de subir. Naquele mês, o Copom iniciou o novo ciclo de alta da Selic (taxa básica da economia), que estava no piso histórico de 2% anuais, e tudo indica que deverá continuar os juros, pelo menos, até abril ou maio do ano que vem.

A Selic está em 7,75% ao ano e as apostas para a próxima reunião do Copom estão concentradas em uma alta de 1,50 ponto percentual, o que levará os juros básicos para 9,25% neste fim de ano. Antes, havia uma expectativa de que o choque monetário fosse maior (de, no mínimo, 1,75 ponto porcentual), porque as previsões para a **inflação** de 2022 indicam estouro do teto da meta, de 5%. Mas, como a conjuntura econômica não está favorável, o consenso convergiu para a alta sinalizada pelo BC na reunião de outubro. O resultado do Produto Interno Bruto (**PIB**) indicando que o país entrou em recessão técnica ? quando há dois trimestres negativos seguidos ? e a chegada da nova variante da covid-19 ao Brasil ajudaram nessas projeções.

Por conta disso, especialistas acreditam que o BC não vai pesar muito nos juros para evitar uma recessão mais profunda. O consenso entre analistas após a divulgação do resultado do **PIB** do terceiro trimestre, na última quinta-feira, de queda de 0,1%, seguindo um recuo atualizado de 0,1% para 0,4% nos três meses anteriores, é que a economia está estagnada. Com isso, as revisões de crescimento do **PIB** deste ano abaixo de 5% e as apostas de queda do **PIB** em 2022, especialmente, se a Selic ficar acima de 11% ao longo do ano que vem, ganham mais força.

A **inflação** está persistente e acima de dois dígitos desde setembro. Especialistas reconhecem que vai ser um grande desafio para a autoridade monetária conseguir cumprir a meta de **inflação** enquanto o governo dá sinais claros de deterioração fiscal ao fazer de tudo para aumentar os gastos em ano eleitoral. A mudança na regra do teto de gastos e o calote em dívidas judiciais com a aprovação da PEC dos Precatórios, que amplia em mais de R$ 100 bilhões o espaço para o governo gastar, deterioraram as projeções do mercado e aumentaram as estimativas de alta do dólar. Mesmo assim, analistas acreditam que o BC será mais "dovish" na condução da política monetária, ou seja, termo derivado do pombo que classifica os bancos centrais mais lenientes com a **inflação**, elevando os juros gradualmente.

A mediana das estimativas do mercado para o IPCA de 2022, coletadas pelo BC no boletim Focus, está em 5%, mas analistas admitem que a carestia no ano que vem vai superar esse patamar, porque a **inflação** não deverá ceder tão facilmente. "A inércia inflacionária vai fazer com que o IPCA fique acima de dois dígitos, pelo menos, até abril ou maio", alerta o economista-chefe da JF Trust Gestora de Recursos, Eduardo Velho. Pelos cálculos dele, mesmo se a Selic for a 12% no primeiro trimestre de 2022, o IPCA ficará perto de 6% em dezembro.

"A indexação elevada da economia faz com que a **inflação** estrutural seja elevada, e, para 2022, ela está acima de 4%, sem incluir os impactos de reajustes em tarifas, aluguéis e salários que devem ocorrer ao longo do próximo ano", destaca Velho, que prevê alta de 1,5 ponto percentual nos juros. Ele reconhece que a atividade mais fraca vai pesar na decisão do colegiado, porque, além da queda do **PIB** do terceiro trimestre, outro sinal preocupante recente da atividade foi o recuo de 0,6% na produção industrial de outubro, que não era esperado pelo mercado na sexta-feira.

Credibilidade

Carlos Thadeu de Freitas Gomes, economista-chefe da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), prevê que o IPCA deverá encerrar o ano de 2022 entre 6% e 6,5%, e, para ele, a única saída para o BC será mudar a meta de **inflação**, que é decrescente e será muito difícil de ser cumprida. Para Velho, entretanto, uma mudança de meta de **inflação** acabará com o último resquício de credibilidade do governo, que já mudou a regra do teto quando viu que ela não seria cumprida. "É muito

arriscado mudar a meta de **inflação**. Será um sinal muito ruim para o mercado e fará com que os prêmios de risco para os títulos públicos aumentem ainda mais, encarecendo a dívida pública", alerta.

Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados, manteve a previsão de alta de 1,50 ponto percentual na Selic no próximo Copom e não descarta que o cenário de estagflação ? de baixo crescimento, **inflação** e desemprego elevados. "Creio que o Banco Central não vai acelerar a alta agora, por conta dos sinais de atividade mais fraca. A dúvida fica clara sobre o ponto de chegada da Selic. Ainda mantemos 11,75% (no fim do ciclo), pois a **inflação** não tem dado sinais de que vai arrefecer, especialmente, lembrando que 2022 vai ser um ano político tenso e com o dólar elevado ao longo do próximo ano", afirma.

Luis Otávio de Souza Leal, economista-chefe do Banco Alfa, conta que também manteve a previsão para a Selic em 9,25% no fim do ano. Ele acredita que os juros básicos chegarão a 11% em março. "O foco principal do BC continuará sendo a **inflação**, mas ele vai seguir aquela máxima de que para matar o carrapato não precisa colocar fogo na vaca", afirma.

Apesar de também apostar em alta de 1,50 ponto percentual na Selic no próximo Copom, José Francisco de Lima Gonçalves, economista-chefe do Banco Fator, avalia que o BC vai adotar uma política monetária "dovish" e abandonar a meta do ano que vem, porque não conseguirá trazer a **inflação** de 2022 para menos de 5%. Ele não descarta a possibilidade de o dólar passar de R$ 6 no ano que vem, por conta da deterioração fiscal, que acaba dificultando o trabalho do BC no controle da **inflação**.

Escalada

Na última reunião do ano do Copom, Banco Central vai elevar a Selic para o mesmo patamar de julho de 2017

Histórico do regime de metas

Neste ano, o Banco Central descumpriu a meta de inflação pela sexta vez desde o início do regime, em 1999

Ano	Meta	Banda (p.p.) (% ao ano)	Piso-Teto (% ao ano)	IPCA (% ao ano)
1999	8,00	2,00	6,00-10,00	8,94
2000	6,00	2,00	4,00-8,00	5,97
2001	4,00	2,00	2,00-6,00	7,67
2002	3,50	2,00	1,50-5,50	12,53
2003*	3,25	2,00	1,250-5,25	
	4,00	2,50	1,50-6,50	9,30
2004*	3,75	2,50	1,25-6,25	
	5,50	2,50	3,00-8,00	7,60
2005	4,50	2,50	2,00-7,00	5,69
2006	4,50	2,00	2,50-6,50	3,14
2007	4,50	2,00	2,50-6,50	4,46
2008	4,50	2,00	2,50-6,50	5,90
2009	4,50	2,00	2,50-6,50	4,31
2010	4,50	2,00	2,50-6,50	5,91
2011	4,50	2,00	2,50-6,50	6,50
2012	4,50	2,00	2,50-6,50	5,84
2013	4,50	2,00	2,50-6,50	5,91
2014	4,50	2,00	2,50-6,50	6,41
2015	4,50	2,00	2,50-6,50	10,67
2016	4,50	2,00	2,50-6,50	6,29
2017	4,50	1,50	3,00-6,00	2,95
2018	4,50	1,50	3,00-6,00	3,75
2019	4,50	1,50	2,75-5,75	4,31
2020	4,00	1,50	2,50-5,50	4,52
2021	3,75	1,50	2,25-5,25	10,15**
2022	3,50	1,50	2,00-5,00	5,00**
2023	3,25	1,50	1,75 - 4,75	3,42**
2024	3,00	1,50	1,50 - 4,50	3,10**

* A Carta Aberta, de 21/1/2003, estabeleceu metas ajustadas de 8,5% para 2003 e de 5,5% para 2004

** Mediana das previsões do mercado computadas no boletim Focus do Banco Central no último dia 26

Obs.: Nos anos de 2001, 2002, 2003 e 2015, a meta foi descumprida porque a inflação estourou o limite superior e em 2017, porque rompeu o piso.

Fonte: Banco Central

Ícone do Real, frango perde o status e vai ao purgatório

Elian Guimarães e Marta Vieira

De esteio da estabilidade monetária a vilão dos preços, o frango passou do céu ao inferno no período de 27 anos e cinco meses que separa dois Brasis. O país que abraçava o Plano Real em julho de 1994, como saída da espiral inflacionária, exibia a ave como símbolo. A nação que volta a se assustar com o custo de vida assiste, hoje, a cenas dramáticas de consumidores em busca de restos de carnes desprezadas pelos açougues, como pés de galinha, diante do aperto do orçamento e a queda da renda.

Em valor corrigido, o R$1 que comprava um quilo de frango em julho de 1994 vale, agora, R$ 7,02, com base na evolução do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A variação medida até outubro, período mais recente da pesquisa do indicador da **inflação** oficial, é de 602,04%, apurada entre 1° de julho de 1994 e 30 de outubro.

Com a quantia atualizada, o consumidor não compra mais o quilo de frango resfriado nos açougues de Belo Horizonte. O produto é oferecido entre R$ 9,15 e R$ 14,95, de acordo com levantamento feito em 23 de novembro pelo site de pesquisas de preços Mercado Mineiro. Na região Centro-Sul da cidade, seria também necessário completar o dinheiro até mesmo para adquirir o quilo de pés de galinha, cotado a R$ 13,99 pelo site especializado.

A alta dos preços da proteína que deixou de ser alternativa à carne cara na mesa dos brasileiros acumula 20,08% nos últimos 12 meses até outubro na Grande BH, quase o dobro da **inflação** de 10,46% apurada na capital e entorno. A remarcação é ainda maior do custo no varejo do frango em pedaços, que atingiu 32,28%, pela pesquisa do IBGE. Os reajustes continuam a ganhar fôlego, médios de janeiro a outubro último, tendo alcançado 11,13% e 26,07%, respectivamente, enquanto o IPCA foi de 7,77%.

Não só o frango, como as carnes em geral se tornaram vilãs da **inflação** após a condição atípica imposta pelos efeitos da COVID-19 na economia, observa o economista André Braz, coordenador do Índice de Preços ao Consumidor (IPC) do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da Fundação Getulio Vargas. Encareceram as rações para trato animal, o milho e a soja, além da forte desvalorização do real frente ao dólar. Esse conjunto de fatores elevou o custo de produção de aves e ovos.

Outro vetor de elevação de preços apontado por Braz são as exportações brasileiras de carnes, que afetaram a oferta interna do produto. "O frango também é exportado e isso explica o desabastecimento no mercado doméstico. O volume de exportação tem a ver com desvalorização do real. Quanto mais barata for a nossa moeda, mais o país se parece com uma vitrine em promoção. Todos querem comprar aqui e ajudam a sustentar os preços em alta", destaca.

DÍGITOS Feliciano Abreu, economista e gestor dos sites Mercado Mineiro e comOferta.com lembra que consiste tendência o aumento de preços das carnes no fim do ano, devido à tradição das festas cristãs de Natal e Ano Novo. Levantamento de preços médios de carnes em 39 estabelecimentos na Região Metropolitana de BH, realizado pelos sites entre 3e5de novembro, apontou ligeira queda, mas o preço final continua alto e há variações que ultrapassam três dígitos percentuais. "O preço do próprio frango foi o que menos caiu", diz Feliciano.

O consumidor tem dificuldade de perceber o recuo

verificado em novembro. O preço médio do quilo da ave resfriada diminuiu de R$ 11,64 para R$ 11,32, queda 2,79%.

O quilo do pé de galinha, que antes da pandemia era descartado pelos açougues ou vendido por R$ 0,50 na Grande BH, agora, custa até R$ 13,99. "**Inflação** sempre existiu em alimentos, mas o frango teve um caminho aberto às exportações. Sempre houve movimentação de preço, mas nesse período todos os custos aumentaram. Não é só o frango, mas em toda a cadeia produtiva, houve alta de combustível, transporte, energia elétrica."

De outro lado, Abreu enfatiza a perda do poder aquisitivo da população. "O dinheiro valia muito mais, e a desvalorização do real redireciona as vendas priorizando os mercados externos. Isso também interfere."

HÁBITOS Com base na Pesquisa de Orçamento Familiar (POF), do IBGE, que serve de base para a composição do IPCA, a variação do preço do frango inteiro acumulada entre julho de 1994 e outubro último foi de 497,56%, no Brasil e 275,05% na área metropolitana da capital mineira. O preço do produto em pedaços variou 442,2% no território nacional, e 514,03% na Grande BH no período.

O coordenador de Pesquisa da Supervisão de Levantamento de Preços do IBGE em Minas Gerais, Venâncio Otavio Araujo da Mata, explica que até 2005 o instituto apurava os preços do frango de forma genérica. Somente no ano seguinte, foram incluídos em separado os itens "frango inteiro" e "frango em pedaços".

"Periodicamente, o instituto avalia os hábitos de consumo da população para adequar os itens a serem incluídos ou retirados da pesquisa, conforme o peso de cada um deles no orçamento familiar", explica Venâncio da Mata.

No histórico de levantamento de preços a partir de 1995, os maiores reajustes acumulados para o frango inteiro na Grande BH foram registrados, de forma crescente, nos últimos quatro anos, de 176,7% em 2018,194,49% em 2019 e 237,49 no ano passado.

Da popularidade à sobra no balcão

A corrida dos preços das carnes tem exigido esforço redobrado das famílias para não eliminar a proteína à mesa, mas nem o frango escapou da compra escassa. Na casa do pedreiro Henrique dos Santos Linhares, de 25 anos, a ave deixou de ser consumida na proporção do passado. Resignado, ele, que vive com mais seis pessoas, reconhece não ser possível colocar a carne branca à mesa como costumava fazer. "Não dá pra consumir nem frango com frequência. O preço vem aumentando a cada vez em que vou ao açougue. Outras carnes, nem pensar. Churrasquinho no final de semana acabou. Nem com asa de frango a gente faz."

Valério Alexandre da Costa, eletricista de 56 anos, tem hábito de consumir asa e sobre de frango, "às vezes um frango assado ou inteiro para assar em casa", conta. Contudo, ele diz que está difícil manter o consumo, embora os cortes da carne ainda sejam adquiridos a preços mais baixos do que os de boi e porco. São quatro pessoas na casa dele e os gastos com a proteína pesam muito no orçamento. "O pé de frango, que era jogado fora, chega a custar R$ 8 o quilo", reclama.

Pizzaiolo com experiência também em casa especializada na venda de frango assado, Letícia Luz Brito, de 26, se assusta ao ver um frango assado oferecido a R$ 36. "As pessoas chegam atraídas pela assadeira com aquelas peças bonitas e cheirosas, mas desistem ao ver o preço. O almoço, de vez em quando, tem coxa e sobrecoxa, mas o preço está um absurdo", reclama.

PROMOÇÃO Há 62 anos, o pai do comerciante Constantino Gabriel Araujo Jr., de 57, trocava terras gaúchas por Belo Horizonte e levou "uma novidade" para o Bairro Carlos Prates, região Noroeste da capital. Junto da mulher, o pai de Constantino abriu as portas da Cantina Minas Goiás, uma das pioneiras na venda de frango assado na região. "Meu pai trouxe a frangueira que guardo aqui até hoje como recordação", conta com orgulho.

A casa que tinha o frango assado como carro-chefe precisou se diversificar. "Naquela época, frango era um prato nobre, e depois se tornou mais acessível. Agora, está de volta à nobreza", observa Constantino. Ele estima queda no consumo em torno de 50%. "Tivemos que começar a inovar, servindo o frango no prato feito e em pedaços. Preparo pés de galinha, que é sobra do frango comprado inteiro. A gente dá para pessoas carentes mas usamos também como promoção. A pessoa toma cerveja e ganha dois pés de galinha como tira-gosto."

Site:
https://digital.em.com.br/estadodeminas/06/12/2021/p1

Entenda a mudança de cálculo do rendimento da poupança

Lucas Bombana

Frente a uma **inflação** que não dá sinais de trégua, e consenso no mercado a aposta de que a taxa básica de juros, a Selic, terá de ser novamente elevada em ao menos 1,5 ponto percentual, para 9,25% ao ano, na reunião do Copom (Comitê de Política Monetária) nos dias 7 e 8 de dezembro.

E tão certo quanto o novo aumento na Selic, já sinalizado pelo próprio BC (Banco Central), são as mudanças que a medida acarretará na forma como é calculado o rendimento da poupança.

Isso porque, desde 2012, quando a taxa básica de juros está abaixo ou igual a 8,5% ao ano, a rentabilidade da poupança é equivalente a 70% da Selic, mais a TR (Taxa Referencial), zerada há cerca de três anos e sem previsões de alteração no curto prazo.

Na ocasião, quando a taxa de juros encostou nas então mínimas históricas de 7,25%, o governo buscava evitar uma migração em massa de recursos de títulos públicos para a poupança.

Com a Selic atualmente em 7,75% ao ano -e com novas discussões em curso para tratar de uma eventual alteração na forma de cálculo da aplicação-, o rendimento equivalente da caderneta fica em torno de 5,42% ao ano.

No entanto, quando a Selic muito provavelmente ultrapassar esse patamar ao final do encontro do Copom na quarta (8), o rendimento volta a ser o mesmo da "antiga poupança" -ou seja, 0,5% mensais mais a TR, o que corresponde a 6,17% ao ano.

Apesar do aumento, o retorno segue ainda bem abaixo da **inflação** corrente -em 12 meses, o IPCA-15 avança 10,73%, até novembro.

A última vez que a Selic esteve acima de 8,5% foi em setembro de 2017, quando era de 9,25%.

" Vamos virar o ano com a taxa de juros provavelmente em 9,25% novamente, o que dispara a mudança na rentabilidade da poupança", diz a estrategista-chefe da Órama Investimentos, Sandra Blanco.

Ela nota que, mesmo durante os dias mais agudos da pandemia, quando a Selic escorregou para a mínima histórica de 2% ao ano, muitos investidores de caráter mais conservador mantiveram o dinheiro na poupança. "Agora, com o aumento previsto para os juros, essas pessoas ficam ainda mais confortáveis em continuar com a aplicação", afirma a especialista.

Vale lembrar, contudo, que a alta da Selic não impacta somente a rentabilidade da poupança, mas também a de outros ativos pós-fixados atrelados ao CDI, diz Luciane Effting, superintendente executiva de investimentos do Santander.

"E quando comparamos essa rentabilidade que a poupança irá alcançar com a rentabilidade de um CDB a 100% do CDI, a poupança pode perder atratividade", afirma a especialista.

No último relatório Focus, as estimativas apontavam para uma taxa Selic de 11,25% em 2022.

Presidente da Aloce Gestão Patrimonial, SigridGuimara-es cita títulos públicos Tesouro Selic negociados por meio da plataforma virtual Tesouro Direto, bem como CDBs de bancos de primeira linha com a cobertura do FGC (Fundo Garantidor de Crédito), como alternativas de baixíssimo risco que entregarão rendimento superior ao da poupança nos próximos meses.

"Títulos emitidos pelo Tesouro são uma alternativa para o investidor driblar a baixa rentabilidade da poupança sem abrir mão da segurança", afirma Sigrid.

Sandra, da Órama, chama atenção para o fato de o presidente do BC, Roberto Campos Neto, ter sinalizado em declarações recentes a intenção de

promover mudanças na forma de cálculo do rendimento da poupança.

Fonte de recursos para o financiamento imobiliário, a ideia em discussão interna pela autoridade monetária seria buscar uma maneira de tornar os recursos depositados na poupança, de resgate imediato, mais aderentes às condições de longo prazo estabelecidas nos contratos do setor da construção civil.

"Acho que pode pensar em remuneração de poupança, como já falaram, com IPCA, mas tem que ser uma mudança muito cuidadosa, porque a poupança tem muita gente, e basicamente gente que não entende muito, de poder aquisitivo mais baixo", afirmou Octavio de Lazari, presidente do Bradesco, em almoço com a imprensa na sexta-feira (3).

"Essas alternativas devem ser discutidas com os agentes econômicos, mas tem que ter muito cuidado para fazer. E quando for fazer, fazer faseadamente, devagarzinho, para não assustar as pessoas", acrescentou o executivo.

No final de outubro, a reserva financeira depositada na caderneta de poupança somava cerca de R$ 1,027 trilhão. Procurado, o BC respondeu que não iria comentar.

Após registrar um recorde de captação de R$ 166,31 bilhões em 2020, muito influenciado pelo pagamento do auxílio emergencial, a poupança tem saques acumulados de R$ 30,77 bilhões em 2021, até outubro, de acordo com dados do BC.

Planejadora financeira e membro do conselho de administração da Planejar (Associação Brasileira de Planejadores Financeiros), Gisele Colombo de Andrade avalia que, a depender do nível de **inflação** e do perfil de cada pessoa, o investimento na caderneta de poupança pode fazer sentido.

"Um retorno de 0,5% ao mês passa a ser uma rentabilidade competitiva, mas isso quando estamos em um período de **inflação** baixa", afirma a especialista.

As previsões no relatório Focus apontavam que a **inflação** medida pelo IPCA deve encerrar 2021 em 10,15%. Já para o ano que vem, a expectativa é por uma desaceleração importante, com uma **inflação** de 5%. As estimativas, contudo, vêm sendo revisadas ao longo das últimas semanas e já se encontram no topo da banda de tolerância do BC para a meta de **inflação**.

"Se tivermos uma **inflação** abaixo de 6% no ano que vem, vejo a poupança como um bom investimento, que irá gerar um ganho real. Principalmente no caso daquela pessoa que não tem nenhum conhecimento sobre o mercado financeiro e que pode ter na caderneta uma alternativa para iniciar a formação de uma reserva", afirma Gisele.

A especialista diz que, de modo geral, o nível médio de conhecimento da população brasileira acerca de produtos financeiros ainda é bastante baixo. Por isso, afirma, é mais recomendável um investimento conservador, mas de retorno garantido, do que apostar em anúncios de internet pro -metendo ganhos astronômicos, mas que muitas vezes se tratam de golpes.

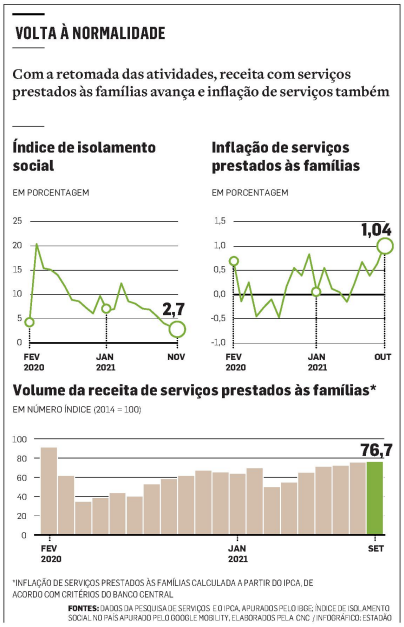
"Muitos poupadores enxergam a poupança como um porto seguro, pelas características ou mesmo por um tema cultural. Levando em consideração um cenário de bastante volatilidade e que pode se estender nos próximos meses, este pode ser mais um motivo da busca por essa segurança", diz Luciane, do Santander.

Segundo ela, o trabalho de diversificação do portfólio prevê a alocação em diferentes classes de ativos, incluindo investimentos de baixo risco como CDBs, fundos Dl ou, eventualmente e se for o desejo do cliente, a poupança.

"Ou seja, parte do recurso até pode ficar investido na poupança, para ter um recurso disponível sempre que precisar ou para equilibrar o risco de uma carteira diversificada", afirma a superintendente de investimentos do Santander.

Site:
https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49751&anchor=6446697&pd=c9b178f708981a62101fd1c4025121a6

Inflação de serviços reaparece com alívio nas regras de isolamento social



TIAGO QUEIROZ / ESTADÃO -1/7/2021

Aeroporto de Guarulhos: preço das passagens aéreas teve forte alta

MÁRCIA DE CHIARA

Com o avanço da vacinação e o brasileiro começando a retomar uma vida "quase" normal - indo a restaurantes, bares, salões de beleza, shows e viagens, por exemplo -, foi aberto um espaço para reajustes de preços dos serviços. A tentativa é tirar o atraso de um longo período sem repasse das várias pressões de custos que se acumularam.

Com o comportamento das pessoas voltando aos poucos ao nível pré-pandemia, entre julho e outubro deste ano quase a totalidade (92%) de uma lista de 62 serviços prestados às famílias teve preços majorados.

Houve reajustes de até três dígitos no período, caso das passagens aéreas (107,2%), seguido por aplicativos de transporte (47,4%). Só cinco serviços tiveram queda de preço, mostra levantamento feito pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), a pedido do Estadão, para avaliar o impacto da reabertura na **inflação** de serviços.

A realidade dos últimos meses é completamente diferente da que vigorava na primeira onda de covid-19. Com o isolamento social, entre março e agosto de 2020, metade dos itens da lista de serviços registrava deflação, com quedas expressivas.

A outra metade tinha variação ainda positiva nos preços, porém pequena.

Com a reabertura das atividades, a **inflação** dos serviços usados pelas famílias se espalhou e subiu, em média, 2,8% no período. É o equivalente a mais da metade da **inflação** geral medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulada em igual período - entre julho e outubro -, que foi de 4,3%, segundo o levantamento.

O estudo usou dados da **inflação** oficial apurada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e seguiu a metodologia do Banco Central (BC) para classificar os serviços.

ESCALADA. Desde julho, a **inflação** dos serviços prestados às famílias não para de aumentar a cada mês. Em outubro atingiu 1,04%, a maior alta mensal desde o início da pandemia.

"Mascarada pela **inflação** da gasolina, da energia elétrica e dos alimentos que estão absurdamente altas, a **inflação** dos serviços se acelera desde o final da segunda onda de covid ao sabor da redução do isolamento social", diz o economista-chefe da CNC e responsável pelo levantamento, Fábio Bentes.

Pressionados por aumentos de custos de vários insumos e recentemente pelo risco de mais uma onda da pandemia, em razão da nova variante Ômicron, que pode levar a paralisações, prestadores de serviços aproveitam o quadro positivo de final de ano e a

demanda reprimida para aumentar preços.

O movimento em bares e restaurantes, por exemplo, vem crescendo com a reabertura.

O faturamento nacional do setor neste segundo semestre está 3% maior em relação ao mesmo período de 2019, descontada a **inflação**. "Estamos indo muito bem nas vendas", afirma o presidente da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel), Paulo Solmucci.

No entanto, o ano, como um todo, ainda ficará abaixo de 2019 para o setor, porque o primeiro semestre de 2021 foi ruim.

O consumidor voltou com muita força a comer fora de casa, mesmo com aumentos de preços, que não foram poucos.

Até outubro, o reajuste no cardápio acumulado desde 2020 foi de 15% e a perspectiva é fechar o ano com 20%. "Não há espaço para aumentar mais que 5% os preços porque o consumidor não aguenta", admite o presidente da Abrasel.

FREIO. Economistas acreditam que esse movimento vigoroso de reajustes dos preços dos serviços terá fôlego curto.

Segundo Claudio Considera, pesquisador associado do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas, a alta dos preços dos serviços acabará sendo contida pela própria disparada da **inflação** em geral, que corrói o poder de compra das famílias. Ele observa que o consumo das famílias não voltou aos níveis prépandemia, considerando os três trimestres deste ano. E os serviços têm peso importante: respondem por 80% do consumo das famílias.

"No primeiro trimestre de 2022, deve haver um "freio de arrumação" nos preços dos serviços", prevê Bentes, da CNC. Ele explica que o poder aquisitivo menor e o enfraquecimento da atividade previsto para 2022 devem segurar os aumento de preços dos serviços que foram acelerados nos últimos meses por conta da reabertura.

O aumento da circulação de consumidores, segundo o economista, estaria "anabolizando" a demanda neste final de ano. "Tem mais gente circulando, mas com menos dinheiro no bolso", diz.

"No primeiro trimestre de 2022, deve haver um "freio de arrumação" nos preços dos serviços"

Fábio Bentes Economista-chefe da CNC

Cenário

l Efeito pandemia

Com o isolamento social provocado pela pandemia da covid-19, o setor de serviços teve uma forte queda.

Entre março e agosto de 2020, metade de uma lista de 62 serviços prestados às famílias teve deflação ou apenas uma pequena variação positiva nos preços

l Retomada

Com o avanço da vacinação e o início de uma retomada à vida normal, o setor vem tentando repassar o aumento de custos acumulado. Entre julho e outubro deste ano, da mesma lista de 62 serviços, apenas cinco não tiveram aumentos de preços

l Entraves

A avaliação de economistas, porém, é que esse movimento pode ter fôlego curto, contido tanto pela **inflação** em geral, que corrói o poder de compra das famílias, quanto pelas perspectivas de um **PIB** mais fraco em 2022

Site: http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

'Modelo social-liberal ainda me parece o melhor caminho'

FABIO MOTTA/ESTADÃO

Fraga disse que poderia aceitar ser ministro da Fazenda em novo governo

ADRIANA FERNANDES BRASÍLIA

Economista, ex-presidente do Banco Central no governo Fernando Henrique Cardoso e sócio da Gávea Investimentos

E x-presidente do Banco Central, o economista Arminio Fraga prevê que a reeleição do presidente Jair Bolsonaro é pouco provável, pelo "conjunto da obra ou da 'não obra'". Ele avalia que a economia será decisiva nas eleições, pelas dificuldades que o País passa, e alerta que o debate econômico na campanha eleitoral de 2022 terá de ser realista, ao invés de um festival de promessas não cumpridas. "Quem sabe o eleitorado melhor informado não entenda que alguma coisa está errada, que não há receita fácil, e que é preciso buscar uma proposta que tenha reais condições de dar certo".

Na semana passada, Armínio disse que aceitaria o cargo de ministro da Fazenda em um novo governo, desde que encontre a possibilidade concreta de colocar em prática suas ideias. Mas não deixou claro se tem simpatia por alguma candidatura e afirmou que não pretende se engajar em nenhuma campanha. Na entrevista abaixo, ele faz críticas às elites brasileiras: "Têm sido chapa-branca, curto-prazistas, oportunistas e um obstáculo ao desenvolvimento do País".

O sr. disse que não pretende entrar numa campanha eleitoral em 2022, mas aceitaria ser ministro da Fazenda.

Como é isso?

De certo, digo que não pretendo me engajar em nenhuma campanha. Tenho tido a chance de conversar com muita gente e consideraria dar uma colaboração num governo onde haja chance de as ideias nas quais eu acredito serem postas em prática com algum sucesso.

Qual a sua avaliação dos cenários políticos dos presidenciáveis que já se apresentaram, do ponto de vista do debate econômico?

Está cedo ainda. Eles terão de se posicionar com mais clareza.

No momento, estão dando sinais mais gerais. Alguns não dão sinal algum. Só saberemos a partir de março, abril.

A situação econômica ruim tira a possibilidade de reeleição do presidente Bolsonaro em 2022?

Hoje, a reeleição parece pouco provável. Não só por causa da economia. Pelo conjunto da obra ou da 'não obra'.

O debate da desigualdade ganhará força nas eleições?

Esse tema sempre esteve associado mais ao PT...

Sim, o PT fez muita coisa, Fernando Henrique também, houve continuidade. Mas, ao mesmo tempo, houve com o PT uma política de dar enormes subsídios, vantagens para os mais ricos, a chamada bolsa empresário. Sempre ouvi Pedro Malan (ex-ministro da Fazenda durante o governo FHC) repetir que a raiva da pobreza e da má distribuição de renda não é monopólio de ninguém.

O modelo social-liberal, que foi o do Fernando Henrique, ainda me parece o melhor caminho. Precisamos de um pêndulo político mais curto, e não de uma bola de demolição.

Por que o Brasil não consegue se organizar para embarcar numa trajetória de crescimento consistente e inclusiva?

Essa é uma pergunta chave para nortear o debate. Politicamente tem sido difícil o País construir esse caminho. Nos prejudica a frequência com que o Brasil anda para trás. Parece que vai engrenar, mas logo vem uma guinada para trás, tipicamente consequência de ideias erradas e populistas. Essa instabilidade inibe muito o consumo e o investimento.

Quem sabe o eleitorado melhor informado não entenda que alguma coisa está errada, que não há receita fácil, e que é preciso buscar uma proposta que tenha reais condições de dar certo.

Com o **PIB** em recessão técnica, alta da **inflação** e a volta da estagflação, qual a perspectiva para 2022?

O BC corretamente está apertando os juros. Pode-se discutir a calibragem, mas evito essa discussão conjuntural. Nessa hora, é bom que o presidente do BC tenha mandato e deixe claro que vai ficar até o fim, o que ele tem feito. A política monetária mais apertada e o enorme grau de incerteza que domina hoje a cena são fatores que deprimem a economia. Não é à toa que as estimativas de crescimento para 2022 estejam sendo revisadas para baixo.

Um País com a nossa história chegar a uma **inflação** de dois dígitos, se começar a indexar, aí é o diabo.

A **inflação** é o maior problema da economia?

Não, mas é grave. Os maiores problemas são a falta de crescimento e a desigualdade. Faz falta uma agenda com esse foco.

Mas com **inflação** não há progresso. O Brasil vive uma situação extrema de fragilidade fiscal, desemprego e subemprego.

Parte da **inflação** vem de choques de custos. Nesse contexto faz sentido retornar à meta apenas em 2023, desde que em 2022 haja uma clara reversão na tendência de alta da **inflação**. Não combater a **inflação** seria pior, já vimos esse filme.

E como resolver o problema do crescimento da economia?

Falar do crescimento agora é falar da incerteza de uma economia toda engatilhada, amarrada, fechada. É preciso tomar certo cuidado para não confundir o comportamento cíclico do ano que vem com a tendência de crescimento. Eu gosto de usar a palavra crescimento para a tendência de médio e longo prazo. Quando falamos do ano que vem, estamos falando de recuperação. E a recuperação vem fraca e o crescimento, a essa altura do jogo, está com uma cara ruim.

Como fazer com que o debate econômico se aprofunde nas eleições de 2022?

Debate sempre há. No entanto, é preciso mais: o debate tem de ser construtivo e realista, capaz de oferecer as bases para uma política econômica melhor, ao invés de um festival de promessas que raramente são cumpridas. Vai depender do conjunto de participantes atores de um grande debate nacional, a imprensa, a academia e, sobretudo, os próprios políticos.

O sr. compartilha da avaliação de que na campanha de 2022, ao contrário do que correu em 2018, a economia será decisiva na eleição?

Suspeito que sim. Em função do sofrimento e das dificuldades que o País vem enfrentando desde 2014. A economia sempre é uma prioridade das pessoas, porque ela está conectada com temas como: emprego, **inflação**, desigualdade, saúde, educação, transporte e segurança.

Todos temas que afetam diretamente a qualidade de vida. Essas questões têm espaço natural de discussão no orçamento, que conecta a economia e a política. Não será o único assunto, as questões identitárias ganharão cada vez mais espaço. Mas tem muito assunto que depende de dinheiro.

A pandemia fez o sr. revisar o que pensava antes sobre crescimento mais inclusivo?

Sempre tive essa preocupação, mas nunca foi o objeto da minha pesquisa no dia a dia como investidor e mesmo como alguém que trabalhou duas vezes no Banco Central. Deu para fazer alguma coisa no BC, mas não era o foco principal.

Uma das medidas que mais deram prazer foi a autorização aos correspondentes bancários.

Foi uma ferramenta sensacional para todos os programas sociais que dependiam de cartão, pois quadruplicou o número de postos bancários.

Mas, sim, venho já há algum tempo me debruçando sobre o tema. Inclusive fundei os Institutos de Estudos para Políticas de Saúde (IEPS) e Mobilidade e Desenvolvimento Social (Imds). Me fazia falta também a conexão com a política, com as ciências sociais em geral.

Um aspecto fulcral, que tem tudo a ver com a qualidade do debate, é para onde vai o dinheiro público e de onde ele vem, ou seja, a composição do

gasto e da receita. São questões de grande impacto distributivo.

O Congresso está ignorando o que acontece na economia e só pensa na eleição de 2022?

Por ora, os sinais não são bons, o que parece ser consequência de um foco exagerado no varejo e nas eleições. A grande vítima desse jogo foi a responsabilidade fiscal. Aumentou muito o risco de uma crise maior.

Mas o Congresso tem instinto de sobrevivência, espero que acordem.

O que seria uma crise maior?

Inflação, mais pressão no dólar (que lembra 2002), uma recuperação econômica relativamente tímida e que poderá ser abortada. A partir dessa avaliação, pode-se imaginar uma dinâmica entre política e economia bem complicada. Quando os candidatos estiverem em plena campanha, o mercado vai oscilar com base nas opiniões que são ventiladas e nas probabilidades de essas posições se tornarem realidade. Essa probabilidade se extrai das pesquisas, sobretudo. Vamos ver muita volatilidade.

A elite empresarial do País está vivendo numa bolha, fazendo vista grossa à realidade do País?

A conclusão inescapável é que as elites, com exceções, têm sido chapa-branca, curto-prazistas, oportunistas, na verdade um obstáculo ao desenvolvimento do País. Parte dessa "elite" abraçou a Dilma e o Bolsonaro.

Ambos tiveram, até um determinado momento, apoio substancial das elites empresariais.

E isso casa com o que parece ser uma obsessão suicida de voltar a um modelo de economia fechada, com subsídios abundantes, pouco respeito à previsibilidade, ao equilíbrio macroeconômico e à desigualdade.

É como se a gente não aprendesse. Nas décadas de crescimento acelerado, o Brasil estava se industrializando e urbanizando. Mas o modelo se esgotou e houve um colapso na produtividade visível já na década de 70. Em todos esses momentos, tivemos uma elite defendendo o seu pedaço de uma maneira míope e que foi responsável por uma parte relevante do nosso desempenho medíocre desde a década de 80.

O atraso do País está na repetição dos erros?

Não é que o Brasil tenha ficado parado. Não ficou. Mas a impressão que eu tenho é que falta mais. Duas grandes reformas ainda não foram abordadas: as reformas tributária - a indireta e a do Imposto de Renda - e uma do Estado com foco na área administrativa, no RH.

Falta uma certa paz. Quando passamos dois anos e meio no Brasil preocupados com nossa democracia, a economia se assusta.

Como o sr. avalia a aprovação da PEC dos Precatórios?

O que vivemos agora é a continuidade do que começou em 2014: a destruição do arcabouço de responsabilidade fiscal do País. Isso é gravíssimo, um fator de incerteza e de risco altamente relevante. Começou lá atrás, quando houve um colapso do saldo primário das contas públicas, que era a principal âncora fiscal. Sabíamos que o gasto público não poderia crescer mais do que o **PIB** indefinidamente. Tínhamos um arcabouço fiscal bem razoável, com a Lei de Responsabilidade Fiscal. Entretanto, por alguma razão ainda não totalmente documentada, ela não conseguiu defender o que se tinha. Não está muito claro quanto desse fracasso foi brecha na lei ou crime mesmo.

Agora fazem remendos e, mesmo assim, dizem que o teto de gastos está sendo cumprido.

Vamos ter de repensar o regime fiscal brasileiro. Isso precisa ser feito. O atual já era. Esses remendos, como a PEC, fazem crescer as dúvidas quanto à solidez fiscal do País. Mas, com o passar dos anos, ficou claro que o quadro geral das finanças públicas (com o teto) não era sustentável. Não se pode eliminar quase que totalmente a capacidade de investimento do Estado. O ajuste fiscal necessário não é só aquele suficiente para o Brasil voltar a ter superávit primário. É maior para permitir uma reprogramação das prioridades do gasto público. Estamos falando de um desafio enorme. A constatação de que 80% dos gastos vão para a folha e Previdência é um prato cheio para a reforma.

Qual é a saída?

Estamos diante de uma pesada agenda de reformas na área econômica. A resposta terá de vir, em última instância, da política, que terá de encarar os desafios definindo prioridades de forma transparente e responsável.

"Aumentou o risco de uma crise maior. Mas o Congresso tem instinto de sobrevivência, espero que acordem"

"Esses remendos, como a PEC dos Precatórios, fazem crescer as dúvidas quanto à solidez fiscal do País"

Site: http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

Indústria tem cenário desanimador nos próximos meses

Marsílea Gombata e Lucianne Carneiro De São Paulo e Rio

Veja a matéria no site de origem:

http://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187083

Site: http://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187083

Competitividade verde do país está em declínio, diz estudo

Juliana Schincariol Do Rio

Veja a matéria no site de origem:

http://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187083

Site:
http://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187083

Brasil precisa de equilíbrio entre o social e o econômico

Rafael Rosas Do Rio

Veja a matéria no site de origem:

http://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187083

Site:
http://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187083

Com impulso da arrecadação, governo vê déficit quase zero

Fabio Graner De Brasília

Veja a matéria no site de origem:

http://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187083

Site: http://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187083

Desglobalização eleva pressão inflacionária no longo prazo

Yuka Hayashi Dow Jones Newswires, de Washington

Veja a matéria no site de origem:

http://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187083

Site: http://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187083

Copom deve elevar Selic a 9,25%

Victor Rezende e Felipe Saturnino De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187083?page=1&section=1

Site:
https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187083?page=1&section=1